



226

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**APELAÇÃO CRIME Nº 0012250-52.2011.8.17.0480 (313360-2)**  
**COMARCA : CARUARU (1ª VARA CRIMINAL)**  
**APELANTE : GLEICY SOARES DE ARAÚJO**  
**APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**  
**RELATOR : DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**REVISOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**EMENTA: PENAL – PROCESSUAL PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS – ARTIGO 33, DA LEI Nº 11.343/2006 – CONDENAÇÃO – RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA – PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NA MANUTENÇÃO DA PRISÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECORRER EM LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. RÉU PRESO PROVISORIAMENTE DURANTE TODA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. MAGISTRADO SENTENCIANTE ASSENTOU QUE PERSISTEM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PREVENTIVA, O QUE NÃO CONFIGURA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO – PEDIDO DE MINORAÇÃO DA REPRIMENDA – VALORAÇÃO INDEVIDA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E PERSONALIDADE, POR SEREM INERENTES AO TIPO PENAL E AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOS AUTOS PARA TAL AFERIÇÃO, RESPECTIVAMENTE – MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. TODAVIA, INCABÍVEL A APLICAÇÃO DA ATENUANTE PREVISTA NO ARTIGO 65, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL, ASSIM COMO, O EMPREGO DA REDUÇÃO DA PENA, NOS TERMOS DO ART.33, §4º DA LEI 11.343/06, HAJA VISTA, EMBORA NÃO REINCENTE, A RÉ SE DEDICAVA A ATIVIDADE CRIMINOSA DA MESMA ESPÉCIE – INVIÁVEL A PRETENSÃO SUBSTITUIÇÃO VEZ QUE NÃO PREENCHIDO O REQUISITO OBJETIVO PREVISTO NO ARTIGO 44 DO CÓDIGO PENAL – DECISÃO CONDENATÓRIA MANTIDA – PROVIMENTO PARCIAL PARA REDUZIR A PENA DEFINITIVA PARA 05 (CINCO) ANOS E 10 (DEZ) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 700 (SETECENTOS) DIAS-MULTA, EM REGIME INICIALMENTE FECHADO – DECISÃO UNÂNIME.**



247

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**Acórdão**

Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, para reduzir a pena definitiva da apelante **Gleicy soares de Araújo**, para **05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento de 700 (setecentos) dias-multa, mantendo-se os demais termos da sentença**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

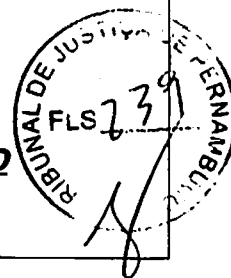
36/06/2014

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



**ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**APELAÇÃO CRIME Nº 0012250-52.2011.8.17.0480 (313360-2)**  
**COMARCA : CARUARU (1ª VARA CRIMINAL)**  
**APELANTE : GLEICY SOARES DE ARAÚJO**  
**APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**  
**RELATOR : DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**REVISOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelo criminal interposto pela defesa, atacando decisão do juízo monocrático, que condenou o apelante **Gleicy Soares de Araújo** como incurso na sanção do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, sendo-lhe fixada a pena de **07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos dias-multa), em regime, inicialmente, fechado.**

A defesa às fls.192/203, preliminarmente, arrazoa a falta de fundamentação adequada na sentença condenatória, quanto à manutenção custódia da apelante, negando-a o direito de recorrer em liberdade. No mérito, pugna pela aplicação da pena no mínimo legal, reavaliando a conduta da acusada nos termos do art. 59 do CP e art. 42 da lei 11.343/06, que sejam reconhecidas as atenuantes previstas no art. 65, inciso I e III, alínea "d" e art. 66, ambos, do Código Penal, assim como, o emprego da redução da pena, nos termos do art.33, §4º da Lei 11.343/06. Por fim, requer a conversão da pela privativa de liberdade por restritivas de direito.

Contrarrazoados, às fls. 221/223v, subiram os autos, indo à douta Procuradoria de Justiça que, na pessoa da Dr. Gilson Roberto de melo Barbosa, que ofereceu parecer (fls.233/236), opinando, igualmente como o Ministério Público de 1º grau, pelo não provimento do apelo, mantendo-se da sentença recorrida incólume.

A apelante encontra-se custodiada na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, Recife/PE.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 27 de setembro de 2013.

**Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Desembargador Relator**



248

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**APELAÇÃO CRIME Nº 0012250-52.2011.8.17.0480 (313360-2)**  
**COMARCA : CARUARU (1ª VARA CRIMINAL)**  
**APELANTE : GLEICY SOARES DE ARAÚJO**  
**APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**  
**RELATOR : DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**REVISOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**VOTO**

Como já relatado, o presente recurso apelatório visa atacar a decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru-PE, que condenou **Gleicy soares de Araújo** ao cumprimento da pena *in concreto* de **07 (sete) anos de reclusão, e ao pagamento de 700(setecentos) dias-multa, por infringir o artigo 33 da Lei 11343/2006.**

Pugna a defesa, em suas razões de recurso, inicialmente, pelo direito da apelante em recorrer em liberdade, haja vista a desfundamentação da manutenção da sua custódia cautelar, na sentença condenatória. Requer, ainda, pela colocação da pena no mínimo legal, além da aplicação das atenuantes previstas no art. 65, inciso I e III, alínea "d" e art. 66, ambos, do Código Penal, assim como, o emprego da redução da pena, nos termos do art.33, §4º da Lei 11.343/06. Por fim, a conversão da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.

Razão assiste, em parte, à Defesa. Senão vejamos.

Relata a denúncia, às fls.02/04, que no dia 31/10/2011, por volta das 19h40min, policiais militares prenderam em flagrante a apelante, juntamente, com outra denunciada, Ednair Maria Fideliz da Silva, na residência daquela, na posse de 49 (quarenta e nove) quilos da substância entorpecente denominada vulgarmente como "maconha", duas balanças de precisão e a quantia de 160,00 (cento e sessenta reais), com a finalidade de mercancia.

A não contestada materialidade e autoria do delito de tráfico de drogas encontram-se consubstanciadas através do Termo de Apresentação e Apreensão da droga (fl. 45), do laudo pericial físico-químico (fls.98/101) e, sobretudo, da prova oral colhida em juízo (fl.112/mídia).

No que tange ao pedido preliminar da defesa, quanto à concessão do benefício da apelante em recorrer em liberdade, por ausência de



249

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

fundamentação idônea, entendendo que tal pretensão não se tratar de uma preliminar propriamente dita quando da interposição do recurso, visto que sua análise não prejudica a análise do mérito.

Ademais, observo que decisão do magistrado sentenciante (fl.156) encontra-se adequada, não havendo motivação plausível a sua liberdade, haja vista subsistir presentes os requisitos legais à decretação da custódia da recorrente, na qual se manteve custodiada durante toda a instrução criminal.

Assim, não existindo fato novo que justifique a revogação da medida constritiva, tendo esta sido decretada de forma fundamentada e concreta, não faz necessário o magistrado no momento da sentença, motivar demasiadamente.

Nesse sentido:

**RECURSO. APELO EM LIBERDADE. RÉU PRESO PROVISORIAMENTE. IMPOSSIBILIDADE. Se o acusado está preso provisoriamente ao tempo da sentença condenatória, não está o Juiz obrigado a fundamentar demasiadamente, naquela decisão, a razão de lhe negar o direito de apelar em liberdade. A manutenção da custódia é decorrência da situação em que se encontrava, delido preventivamente, não se podendo falar em violação do princípio constitucional de presunção de inocência ou que dá necessidade de justificação para a manutenção do recolhimento cautelar decretado. Situação que ocorre no caso em julgamento. DECISÃO: Habeas corpus denegado. Unânime. (Habeas Corpus Nº 70030060453, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio Baptista Neto, Julgado em 04/06/2009). grifei**

Por outro lado, com relação ao pleito da defesa, de minoração da reprimenda, verifico existir modificações a serem feitas acerca da dosimetria da pena aplicada para o crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006.

Como se pode ver, o juízo singular, na sentença de fls. 146/156, ao sopesar as questões judiciais para quantificação da pena-base, fixou-a em 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, ou seja, exasperou em três e quatro anos a reprimenda mínima *in abstracto* para o tipo, à luz da análise fundamentada das circunstâncias art. 59 do CP e do art. 42 da Lei 11.343/06.



250

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Todavia, na análise das circunstâncias judiciais o magistrado sentenciante não valorou devidamente quanto considerou desfavoráveis os motivos (lucro fácil) e as consequências (o fato do delito de tráfico viciar pessoas e fomentar uma cadeia de crimes), em razão das considerações feitas serem inerentes ao tipo penal. E quanto a personalidade, não vislumbro qualquer elemento nos autos para tal aferição.

Destarte, procedo, então, à nova dosimetria da pena, para minorar a pena base estabelecida para 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, à razão de 1/3 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, o tenho por suficiente para reprovação e prevenção de sua conduta.

Passando à segunda da dosimetria, mantenho a atenuante da confissão espontânea, reconhecida pelo magistrado *a quo*, na fração de 1/6, restando uma pena provisória em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

Ressalto, ainda, que deixo de aplicar a atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, relativa à circunstância de ser o agente menor de 21 anos na data dos fatos, como pleiteia a defesa, porque conforme o auto de prisão em flagrante de fl.41, verifica-se que a apelante, na data do crime, possuía 22 anos de idade.

Nesse patamar, em face da ausência de demais circunstâncias atenuantes e agravantes, ou causas especiais de aumento e diminuição da pena a serem aplicadas, **torno a pena definitiva da apelante em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.**

Lado outro, entendo impossível a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06, posto que, embora não possa ser considerada reincidente, como bem salientou o magistrado de piso, a apelante ostenta condenação por tráfico de drogas (fl.14), assim, demonstrando fazer desta atividade, meio de vida, dedicando-se, desta forma, à atividade criminosa.

Por fim, embora o Supremo Tribunal Federal ter considerado inconstitucional o dispositivo da Lei nº 11.343/2006, que veda a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no caso em análise, não vislumbro a possibilidade de tal substituição ocorrer, uma vez que a apelante não preenche os requisitos para a concessão do benefício previsto no art. 44 do Código Penal, posto que a pena aplicada foi superior a 04 (quatro) anos.



251

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso para reduzir a pena definitiva da **Gleicy soares de Araújo**, para **05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento de 700 (setecentos) dias-multa**, mantendo-se a sentença quanto ao mais.

É como voto.

Recife,

36/06/2014

**Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Desembargador Relator**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313360-2 – 1ª Vara Criminal de Caruaru**

Apelante: Glaicy Soares de Araújo  
Apelado: Ministério Público de Pernambuco  
Procurador (a): Gilson Roberto de Melo Barbosa  
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo  
Revisor convocado: Juiz Joaquim Lafayette Pereira Neto  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### VOTO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por **Glaicy Soares de Araújo** com o escopo de reduzir a pena que lhe foi aplicada em razão da prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas), fixada, pelo Juízo *a quo*, em 07 (sete) anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 700 (setecentos) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, bem assim de revogar a prisão preventiva mantida por ocasião da sentença condenatória.

Preliminarmente, persegue a Apelante a revogação de sua custódia preventiva, mantida na sentença, considerando que a fundamentação esposada pelo Juízo *a quo* seria inadequada, eis que alusiva, exclusivamente, à gravidade abstrata do delito praticado.

Em seguida, pleiteia: 1) a redução, para o mínimo legal, da pena que lhe fora aplicada, 2) o reconhecimento, em seu favor, das circunstâncias atenuantes elencadas no art. 65, incisos I e III, alínea "d", do Código Penal, e da minorante descrita no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, bem assim 3) a substituição de sua pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

De exórdio, cumpre salientar que, muito embora tenha a Apelante apresentado o pleito relativo à revogação de sua prisão preventiva sob a forma de preliminar, tenho que a aludida questão não se reveste desta natureza, eis que o seu acolhimento não prejudica a análise da matéria meritória ora ventilada.

Desta feita, e considerando que a referida questão atine, em verdade, ao direito da Apelante de recorrer em liberdade, tenho por adequada a sua análise após a apreciação das demais questões de mérito.

#### 1. Quanto à dosimetria da pena

Relativamente ao pleito de redução da pena aplicada à Apelante, tenho merecido parcial acolhida, pelas razões que passo a expor.

Em primeiro lugar, no que tange à **fixação da pena-base** da recorrente, verifico que não se mostra razoável o seu estabelecimento no mínimo legal, pelo simples motivo de que 03 (três) das circunstâncias judiciais devem ser sopesadas em seu desfavor.





**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313360-2 – 1ª Vara Criminal de Caruaru**

A propósito, observo que à **quantidade** da droga apreendida em poder da recorrente deve ser atribuído **elevado valor negativo**, eis que, além de ser circunstância de análise preponderante para a fixação da pena do crime em epígrafe, a teor do art. 42 da Lei nº 11.343/06, consta dos autos que a Apelante manteve em depósito, para fins de traficância, um total de **49 kg (quarenta e nove quilos) de maconha**.

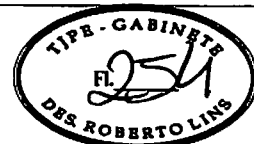
Outrossim, verifico que os **antecedentes** da Apelante também são a ela desfavoráveis, eis que uma das ações penais a que respondeu, a saber, aquela tombada sob o nº 0008933-17.2009.8.17.0480, além de se referir a fato ocorrido antes daquele apurado nestes autos, isto é, em 14/11/2009, já conta com sentença transitada em julgado, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal.

Saliente-se, por oportuno, que, a teor do disposto no art. 63 do Código Penal, a referida ação penal não pode ser utilizada para fins de apuração da Reincidência.

Todavia, o seu trânsito em julgado, ocorrido no curso deste processo, torna a sua utilização para fins de agravamento da pena compatível com o princípio da presunção de inocência.

Nesse sentido é o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, consoante se depreende do acórdão abaixo ementado:

PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PENA-BASE. AUMENTO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MONTANTE DO PREJUÍZO CAUSADO À PREVIDÊNCIA SOCIAL. MAJORAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INQUÉRITOS CONSIDERADOS COMO MAUS ANTECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO. 1. Ressalvado o ponto de vista deste relator, manifestado nos autos do HC 39.515/SP, cujo acórdão foi publicado em 9/5/2005, a contrario sensu, resta assentada a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que "viola o princípio constitucional da presunção da inocência (art. 5º, inciso LVII, da CF) a consideração, à conta de maus antecedentes, de inquéritos e processos em andamento para a exacerbação da pena-base e do regime prisional" (REsp 675.463/RS, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 13/12/2004, p. 454), e que, "Por maus antecedentes criminais, em virtude do que dispõe o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição de República, deve-se entender a condenação transitada em julgado, excluída aquela que configura reincidência (art. 64, I, CP), excluindo-se processo criminal em curso e indiciamento em inquérito policial" (HC 31.693/MS, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ 6/12/2004, p. 368). 2. Não há falar em ilegalidade no tocante à consideração das consequências desfavoráveis do crime na dosimetria da pena aplicada, tendo em vista que a decisão encontra-se suficientemente fundamentada, tendo sido observado, rigorosamente, o disposto no art. 59 do Código Penal. 3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido para, afastando os maus antecedentes na dosimetria da pena, reduzi-la para 3 (três) anos de reclusão, mantida a determinação do Tribunal a quo quanto à pena de multa e à substituição da pena privativa de liberdade. (REsp 770.685/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2006, DJ 01/08/2006, p. 530)



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313360-2 – 1ª Vara Criminal de Caruaru**

Ademais, diante da existência das citadas circunstâncias judiciais em desfavor da Apelante, e, em especial, do elevado valor negativo atribuído à quantidade da droga apreendida em poder daquela, tenho que a sua culpabilidade, aferida pelo conjunto de todas as circunstâncias, deve ser considerada como grave.

Por outro lado, verifico que as demais circunstâncias judiciais consideradas como desfavoráveis pelo Juízo sentenciante, a saber, os motivos e a consequências do crime e a personalidade da recorrente, não foram devidamente valoradas.

Isso porque, no tocante aos motivos e as consequências do crime, verifico que o Magistrado sentenciante levou em consideração circunstâncias inerentes ao tipo penal em que se encontra incursa a Apelante, eis que ponderou, quanto aos motivos, o lucro fácil, e, quanto às consequências, o fato de o delito de tráfico viciar pessoas, destruir famílias e alimentar uma cadeia nociva de crimes (fls. 152/153).

Relativamente à personalidade da recorrente, tenho que a circunstância que ensejou a sua valoração negativa, correspondente à prática da infração disciplinar de posse e uso de aparelho celular durante a execução de sua custódia cautelar (fls. 152 e 121/127), é insuscetível de oferecer qualquer elemento para a aferição das características psicossomáticas daquela.

Diante dessas considerações, tenho por razoável a fixação da pena-base da Apelante em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

Passando à próxima fase dosimétrica, tenho que incide, no caso vertente, a circunstância atenuante elencada no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal, relativa à confissão espontânea, como, aliás, reconheceu o Juízo *a quo*.

Por essa razão, e por considerar razoável a fração de diminuição aplicada pelo Magistrado sentenciante, a saber, 1/6 (um sexto) da pena, mantenho a referida atenuação, fixando a pena provisória da recorrente em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

No que tange à atenuante elencada no art. 65, inciso I, do Código Penal, relativa à circunstância de ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data dos fatos, tenho que não incide no caso concreto, eis que, conforme consta dos autos, em especial, do auto de prisão em flagrante de fl. 41, a Apelante contava com 22 (vinte e dois) anos na data do cometimento do delito em discussão.

Dando prosseguimento à dosimetria da pena da Apelante, verifico que também não incide no caso vertente a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.434/06, eis que, conforme demonstrado *supra*, aquela não possui bons antecedentes.

Ausentes outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, e tampouco causas de aumento ou diminuição de pena a serem aplicadas, deve a pena definitiva da Apelante ser estabelecida em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.



Em face do aludido *quantum*, tenho que é impossível atender ao pleito da Apelante no tocante à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, eis que, à luz do disposto no art. 44 do Código Penal, a citada substituição só é admissível para as reprimendas fixadas em até 04 (quatro) anos.

Por derradeiro, em que pese o referido *quantum* de pena permitir o seu cumprimento no regime inicial semiaberto, a teor do disposto no art. 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal, tenho que as circunstâncias reconhecidas como desfavoráveis à Apelante, em especial, os seus maus antecedentes, são suficientes a autorizar a fixação do regime inicial fechado.

Assim, deve a recorrente iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime fechado.

Em atenção à necessária proporcionalidade entre a pena privativa de liberdade e a pena pecuniária, aplico as mesmas frações de diminuição à pena de multa, fixando-a em 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

Nestes termos, fica a pena da recorrente estabelecida em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

## 2. Quanto à fundamentação da prisão preventiva

No tocante à alegação de fundamentação indevida da custódia preventiva da Apelante, mantida por ocasião da sentença, tenho que não merece guarida o presente pleito recursal.

Isso porque se depreende do caderno processual, e, em especial, do *decisum* de fls. 74/75, que o Juízo *a quo* motivou a decretação da citada custódia na garantia da ordem pública, evidenciada não apenas pela gravidade concreta da conduta praticada pela recorrente, mas também e, sobretudo, pelo fato de aquela já contar com uma condenação transitada em julgado pelo mesmo crime, o que denota, sem sombra de dúvidas, a sua periculosidade e o risco de voltar a delinquir.

Por outro lado, verifico que, na sentença, o Juízo *a quo* expressamente declarou que negava à Apelante o direito de recorrer em liberdade em razão da subsistência dos motivos que justificaram a decretação de sua prisão preventiva (fl. 156), circunstância esta que, corroborada pela ausência de qualquer fato novo capaz de elidi-los, se mostra perfeitamente adequada e suficiente à manutenção da aludida segregação.

Assim, é forçoso concluir que merece ser mantida a prisão preventiva da recorrente.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao apelo, para fins de reduzir a pena da Apelante, fixada, destarte, em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e 583



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 313360-2 – 1ª Vara Criminal de Caruaru**

(quinhentos e oitenta e três) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

É como voto.

  
**Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto**  
**Revisor convocado**